

Das mãos dadas com *Angelus Novus* às guerrilhas plurais: resistências e invenções contra-hegemônicas nas cidades.

Eber Pires Marzulo / GPIT - PROPUR – UFRGS.

Rodrigo Capelato / GPIT - UFAM.

RESUMO GERAL

Estamos doentes e em guerra(s)!

Não bastasse a crise climática em que já vivíamos fomos assolados, segundo vários estudos como efeito imediato das práticas e modo de produção que geram a crise ambiental, pela eclosão da pandemia de COVID-19. Pois para aumentar as dimensões da catástrofe que a pandemia por si só gera, no Brasil nos encontramos sob um governo federal explicitamente contra valores básicos para a manutenção da vida. O custo desta escolha dos poderosos no campo da política e da economia que viabilizaram a eleição de um governante com tais características eram previsíveis, mas frente a uma pandemia foram imensuravelmente piores. A sociedade brasileira pagou com a vida de centenas de milhares de pessoas, se levarmos em conta as estimativas de subnotificações provavelmente perdas de milhões de brasileiras e brasileiros. Milhões sofreram com as perdas. Então estar aqui é um ato de resistência tanto individual como social. Não só biológica, mas também como resistência a um governo federal que, soubemos disso a partir da investigação da CPI do Senado Federal, além de não tomar as medidas consensuais executadas em grande parte dos países para garantia do isolamento social, negociava com a nossa vida como se fossemos cobaias e mercadorias. A necropolítica de Mbembe em ato com contornos genocidas a depender do ponto de vista. O ultra-neoliberalismo com sua face de morte sem máscara. Assim vivemos desde nosso último EnANPUR em 2019 na ensolarada e tropical Natal, momento em que discutíamos a partir da ideia de transformação a possibilidade da utopia.

Os desejos aliançados ao consumo, próprios da capilaridade neoliberal, amortecem as dores existenciais em resposta as subjetividades adestradas pela combinação de desempenho e produtividade. Desde o prejuízo da colonialidade europeia somado a um projeto global hegemônico, as forças políticas e econômicas que mantêm a ordem em fluxo esvaziam ou compram o que é público e, assim, a potência do intrinsecamente urbano, cuja aptidão coletiva pressupõe a mistura, o encontro dos diferentes, com lugares para os semelhantes, constitutiva da animação urbana segue sob mais uma onda de ataque. Qualquer possibilidade de entendimento remete a um projeto sistêmico de desenraizamento, de desencantamento e, principalmente, de despolitização. Uma visão pessimista que nos impulsiona para um futuro incerto, de mãos dadas com o *Angelus Novus*, de Klee, conforme a abordagem benjaminiana.

Diante da catástrofe vivenciada, tomada pela marcha acumulativa e destruidora do capitalismo, forças escapam dessa conjuntura, e por meio de lampejos contra hegemônicos erguem-se guerrilhas plurais que, em uníssono, denunciam o colapso ecológico e por reconhecimento reivindicam formas outras do pensar-fazer urbano. São apropriações e usos do território que acionam e organizam coletividades sobre e na cidade, a aproximar diferenças e

singularidades que potencializam forças cuja latência torce a condição posta, a ponto de inspirar um estado necessário de transformação e de novas alianças, baseado em possibilidades *multi, inter, pluri* ou *trans* existenciais. Um alerta frente a ciência atemporal que insiste em ajustar fórmulas fáceis que, neste contexto de incertezas, só nos confirma sua condição obsoleta.

Assim, urge buscarmos um estado de enfrentamento epistemológico que nos convida a “perspectivar”, a “descolonizar” e a “cotidianizar”, respectivamente associado às reflexões de Eduardo Viveiros de Castro, Grada Kilomba, Silvia Rivera Cusiquanqui, dentre outros, em busca da complexidade interseccional, sistêmica e interrelacional, que se realiza em fluxo contra-hegemônico nos territórios da cidade.

Dando continuidade aos estudos suscitados em versões anteriores (Salvador/2005, Belém/2007, Florianópolis/2009, Rio de Janeiro/2011, Recife/2013, Belo Horizonte/2015, São Paulo/2017 e Natal/2019), o Grupo de Pesquisa Identidade e Território da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPIT/UFRGS) propõe neste encontro investir em experiências que atualizam a complexidade da metrópole moderna de Georg Simmel trazendo à tona cidades que se acomodam e coexistem no território frente a modelos obsoletos, exploratórios e excludentes, a fim de lançar pistas para alcançar o que Ernest Bloch, em tom de esperança, chamou de “assim devia ser”.

TÍTULO DA PALESTRA 1: SOBRE AUTONOMIA E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A INFORMALIDADE/ILEGALIDADE COMO FORMAS OUTRAS DO FAZER CIDADE.

Bárbara de Bárbara Hypolito / GPIT - PROPUR – UFRGS.
Leonardo Oliveira Sassi / GPIT - PROPUR – UFRGS.

As periferias sócio-espaciais das grandes e médias cidades do Brasil, como diversos outros países do Sul global que compartilham um passado comum de colonização, se constituíram tradicionalmente como espaços ocupados de modo ilegal (ao julgo do estado de direito vigente) por parcelas da população com baixa renda monetária. Frente à inação do Estado, estes espaços se (re)produziram através da autoconstrução, estigmatizados como precários, informais e desordenados. O abandono das políticas públicas exclui estes espaços das iniciativas do planejamento hegemônico permitindo, apesar do funcionamento da máquina capitalista de moer gente, especialmente eficaz contra mulheres, negros, indígenas e pobres, que tais ocupações se alicerçassem sob práticas autônomas e coletivas que exercem planejamentos desde baixo, não formatados no logocentrismo ocidental enquanto racionalidade única de ordenamento do mundo em sentido ao “desenvolvimento”. O planejamento urbano hegemônico, até mesmo em suas facetas mais progressistas, ao restringir metas, objetivos e zoneamentos, opera alienando outros futuros possíveis nas cidades, mas a desordem escapa pelas frestas. Como afirma Zibechi, o planejar na perspectiva dos dominantes é pensado enquanto intervenção e desenvolvimento em direção ao modelo hegemônico da

cidade mercadoria, na perspectiva dos dominados a manutenção e reprodução da identidade no cotidiano ocupa o lugar de um planejamento.

TÍTULO DA PALESTRA 2: PEQUENA ÁFRICA, UM TERRITÓRIO NEGRO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Renato Emerson dos Santos / NEGRAM-ETTERN / IPPUR – UFRJ.

“Pequena África”, originalmente uma denominação conferida a parte do Centro da Cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX, pelo compositor, cantor e pintor negro Heitor dos Prazeres, teria como objetivo retratar e celebrar a forte presença negro-africana na região, caracterizada pelo alto contingente de pessoas negras, e pela densidade de práticas e matrizes culturais africanas e afro-brasileiras. Recentemente, o Movimento Negro vem transformando a Pequena África em signo de memórias negras, através da multiplicação de grafagens e referências espaciais negras, a partir de repertórios espaciais de ação que incluem (i) patrimonialização e musealização - envolvendo pesquisa, legislações, salvaguarda e ações de proteção, restauração, preservação e conservação de bens, junto a promoção do resgate e valorização, e também a criação e fortalecimento de instituições voltadas para tais fins; (ii) disputa de toponímias, tomando a nomeação como ferramenta de memória e identidade; (iii) ocupação e ressignificação de espaços públicos através de práticas culturais e religiosas ativistas; (iv) judicialização de reivindicações; (v) articulação e incorporação de pautas raciais por atores de outras lutas urbanas, como as lutas por moradia; entre outros. Discutiremos a Pequena África como um território negro, referente espacial de identidade negra na Cidade do Rio de Janeiro.

TÍTULO DA PALESTRA 3: GENTE DAS AREIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

Désirée Guichard Freire / FFP – UERJ.

Marco Antonio da Silva Mello / LeMetro/IFCS – UFRJ.

Soraya Silveira Simões / IPPUR – UFRJ e LeMetro/IFCS – UFRJ.

A luta dos pescadores lacustres, moradores do povoado de Zacarias, no município de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, é grosso modo uma luta travada por essa “gente das areias” contra a sanha do capital sob a espécie da especulação imobiliária. O antigo assentamento pesqueiro engastado na exuberante restinga, às margens do Lago Grande de Maricá, data de 1797, conforme atesta a documentação do Mosteiro de São Bento e, sobretudo, a expressiva cartografia produzida a propósito de seus antigos domínios, acessível nos arquivos do Itamaraty. O projeto de construção de um resort por sobre a restinga assombra os habitantes dessa “aldeia dos irreduzíveis” desde 2006. Mas não somente seus moradores: pesquisadores biólogos, ictiólogos, botânicos, limnólogos e oceanógrafos alertam para o risco de extinção das espécies endêmicas na restinga e na lagoa, tendo em vista a possibilidade de que 148,43 hectares do ecossistema nativo da Área de Proteção

Ambiental de Maricá (APA) sejam destruídos pela realização do mega empreendimento. Nessa luta, consagrada na tópica local singelamente como “a luta do tostão contra o milhão”, procuraremos colocar sob exame um caso que expressa a diversidade dos modos de vida existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a riqueza do conhecimento naturalístico materializado na engenhosidade da “pesca de galho” e dos modos de produção e reprodução da vida social no povoado pesqueiro de 'Zacarias'/Maricá-RJ.

TÍTULO DA PALESTRA 4: SEGREGAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS-RACIALIZADAS E MODELO DE URBANIZAÇÃO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

Ricardo José de Moura / GPMC – UFRJ.

A reflexão aqui pretendida trata como as políticas de urbanização de favelas e periferias na cidade do Rio de Janeiro, de mãos dadas ao aparato repressivo do Estado (polícia formalmente constituída) e à mídia de massa geram e mantêm segregações sócio-espaciais-racializadas. O modelo de cidade hegemônico tem por sustentáculo a cidade em sentido geral, não como pólis ou espaço político democrático da diferença, mas como domínio empresarial a ser gerenciado. As favelas e periferias quando não se encaixam nesse domínio são, ao olhar destes, lugares a serem controlados. Alguns exemplos do e no Complexo do Alemão são, aqui, pontos de partida para discutir políticas que, além de segregar, matam, sobretudo, a população negra que vive ali. Por isso, a necessidade de um pensamento capaz de tensionar as políticas de urbanização dominantes, mostrar como o processo daí decorrente, aliado ao aparato repressivo e a mídia de massa, constitui uma reiteração da estrutura de dominação através de velhos ranços encruados das políticas partidarizadas, policiaescas e de cassino, e sublinhar que essa forma geral se objetiva muito particular e destacadamente por meio da segregação sócio-espacial-racializada de milhares de pessoas, onde corpos negros são os principais alvos. Isso constitui a face da barbárie contemporânea.